



PROCESSO 003/2025 – PLENO – INQUÉRITO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO AUTOMOBILISMO DE
SANTA CATARINA**

INTERESSADO: MARCOS ROBERTO STRINGARI

INVESTIGADOS: ALEXANDRO MATTOSO – DIRETOR DE PROVAS
LUIZ CARLOS PEREIRA JUNIOR – COMISSÁRIO DESPORTIVO
LUIZ CARLOS LOCH – COMISSÁRIO DESPORTIVO
JULIANO BITTENCOURT – COMISSÁRIO DESPORTIVO

**Objeto – Apuração de infrações disciplinares supostamente ocorridas
na 4ª Etapa TCC RACE FESTIVAL REALIZADO EM 30/08/2025.**

DESPACHO

RELATÓRIO

Trata-se de representação apresentada por MARCOS ROBERTO STRINGARI em desfavor de ALEXANDRO MATTOSO – Diretor de Provas , LUIZ CARLOS PEREIRA JUNIOR – Comissário Desportivo, LUIZ CARLOS LOCH – Comissário Desportivo e JULIANO BITTENCOURT – Comissário Desportivo .

O representante imputa aos investigados/representados diversas condutas que caracterizam infrações disciplinares , descrevendo cada uma delas, todas relacionadas a uma suposta agressão física sofrida pelo representante , o que transcrevo tal qual consta da representação .
(...)

1. *Violação manifesta do dever de imparcialidade e omissão funcional grave Em audiência no processo nº 002/2025, o Diretor de Prova, Sr. Alexandre Matoso, afirmou verbalmente como pode-se ver em vídeo anexo, que “não achou necessário denunciar a agressão ao TJD”.*
2. *Tal declaração, por si só, configura violação frontal ao dever de imparcialidade, bem como omissão funcional grave, tendo em vista que:*
3. *• A agressão física ocorrida em ambiente esportivo é conduta tipificada no art. 254-A do CBJD, configurando INFRAÇÃO OBRIGATORIAMENTE passível de denúncia.*
4. *• O Diretor de Prova e os Comissários possuem dever legal e regulamentar de comunicar imediatamente fatos desta natureza à Justiça Desportiva.*
5. *• A omissão deliberada em denunciar ato de tamanha gravidade pode caracterizar conivência, favorecimento indevido e quebra de decoro funcional.*
6. *A conduta praticada revela parcialidade inadmissível, violando princípios basilares da administração esportiva: legalidade, impessoalidade, moralidade, transparência e lealdade processual.*
7. *2. Indícios sérios de manipulação documental*
8. *A situação se agrava diante das inconsistências do relatório da agressão.*
9. *Quando inicialmente solicitado, a informação prestada pela FAUESC foi de que não existia relatório algum, conforme se vê em conversa ao whatsapp.*
10. *Somente após a denúncia do piloto Marcos Roberto Stringari ao TJD, o documento “surgiu”, o que levanta fundadas suspeitas de elaboração posterior aos fatos.*
11. *O relatório contém afirmações materialmente falsas:*
12. *Falsa declaração sobre a saída do piloto agressor .*
13. *O documento afirma que o agressor teria deixado o autódromo antes da conclusão do documento.*
14. *No entanto, é fato notório que o mesmo permaneceu no local até aproximadamente 22h, tendo pleno tempo para assinatura caso o relatório efetivamente existisse na data do ocorrido.*
15. *Tal discrepância indica possível tentativa de ajuste narrativo posterior, conduta típica de documento produzido “a posteriori” para justificar inércia funcional.*
16. *) Alegação falsa de recusa de assinatura pelo piloto Marcos Roberto Stringari*

17. *Afirmar que o piloto teria se negado a assinar o relatório é absolutamente inverídico.*
18. *O piloto jamais foi procurado ou notificado para tal finalidade.*
19. *Essa afirmação caracteriza grave violação ao princípio da verdade material, podendo configurar inclusive falsidade ideológica, caso comprovada a inclusão deliberada de informação sabidamente falsa.*
20. *Parcialidade escancarada no processo denunciado pela FAUESC nº 001/2025 A atuação da FAUESC no processo nº 001/2025 reforça a percepção de parcialidade extrema. A Federação instaurou processo por um mero desentendimento verbal na torre de cronometragem entre os pilotos, mas indicou como único denunciado o piloto Marcos Roberto Stringari — ignorando totalmente que o “bate-boca” decorreu da agressão física anterior no parque fechado e dos inúmeros toques sofrido em pista pelo piloto do carro 37, a qual foi totalmente OMITIDA nos autos do processo nº 001/2025.*
21. *Mais grave ainda: os pilotos causadores do bate-boca e o autor da agressão física, foram arrolados pela própria FAUESC como testemunhas do processo nº 001/2025, conferindo-lhe papel de colaborador institucional, ao mesmo tempo em que ocultavam suas condutas violentas.*

Este comportamento administrativo revela:

22. *quebra absoluta de imparcialidade,*
23. *construção seletiva da narrativa dos fatos,*
24. *uso distorcido da função federativa,*
25. *tentativa de direcionamento processual e possível abuso de autoridade esportiva.*
26. *A ausência total de menção à agressão no processo nº 001/2025 configura omissão intencional de fato relevante, violando o princípio da lealdade e o dever de completa elucidação dos acontecimentos.*

O representante sugere o imediato afastamento dos investigados das funções que exercem na FAUESC, seguindo pela indicação da tipificação das infrações que entendeu praticadas pelos investigados, informando que buscará reparação judicial .

Recebida a representação, foi designado este Auditor como relator do Inquérito, que ao analisar o acervo documental entendeu pela necessidade de oitiva do representante e dos investigados.



As oitivas foram realizadas no dia 20 de janeiro de 2026, por videoconferência, sendo ouvidos , nesta ordem, o representante Marcos Roberto Stringari, acompanhado de seu advogado Dr. Fagner Ferreira de Azambuja – OAB/SC 24.971 , e os investigados Alexandro Mattoso (diretor da prova) , Luiz Carlos Pereira Júnior, Luiz Carlos Loch e Juliano Bittencourt (todos comissários desportivos), desacompanhados de defensores por opção e devidamente advertidos do direito ao silêncio.

Dos depoimentos comento, em resumo , que conduzi as perguntas de forma idêntica para todos, apenas sobre os fatos contidos na representação que foram essencialmente sobre a existência ou não de agressão, a sua constatação ou não pelos investigados, e os procedimentos que foram adotados ou que não foram, e as razões para tanto :

O representante Marcos Roberto Stringari ratificou os termos da sua representação, e respondendo questionamento do Relator, disse acreditar que o Diretor de Provas Alexandro Mattoso viu a agressão que sofreu do piloto Décio , e que a agressão foi um chute na sua barriga ; Que por diversas vezes requereu o relatório da prova , e que não é verdadeira assertiva de que tenha se recusado em assinar o relatório, acreditando ainda que o relatório tenha sido efetuado em outro momento , só tendo sido confeccionado após seus insistentes pedidos de cópia ; Disse que não é verdade que os pilotos Décio e Alexandre tenham se ausentado da pista e que por isso não assinaram o relatório , conforme dito pelos investigados ; Quanto a confecção *a posteriori* do relatório , tanto o representante quanto seu advogado insistiram na apuração e caso negada a confecção a destempo, seja efetuada perícia documental do relatório .

Com relação aos depoimentos dos investigados, faço uma análise conjunta dos depoimentos , eis que entendo que convergem no mesmo sentido dos questionamentos feitos por este relator, sendo que qualquer dúvida quanto a veracidade de minha convicção pode ser confirmada ou verificada com a análise do contido nas gravações , passo então ao que compreendi .

- 1) Sobre a agressão sofrida pelo piloto Marcos, Caco, como ele é conhecido e desta forma referido em vários momentos, todos afirmam não terem presenciado a agressão por estarem distante do local, sendo avisados por rádio que uma confusão acontecia no parque fechado, e que ao se dirigirem para lá encontraram os pilotos ainda em conflito verbal , tendo Marcos afirmado ter sido agredido e apresentado imagens em vídeo. Embora as imagens não revelem com nitidez a agressão relatada , tal discussão é superada pela admissão do piloto Décio de ter

agredido ou tentado agredir o piloto Caco, o que acarretou na sua exclusão do evento (Décio), sem contestação por ele, que se retirou da pista ainda no sábado (fato que será também abordado); a tentativa de agressão e a exclusão do piloto Décio constou do relatório manuscrito que me foi enviado junto com a pasta de prova ;

- 2) Em relação aos pilotos Marcos (Caco) e Alexandre , ambos receberam punições, Alexandre por ter dado 'vários toques' em pista no carro piloto Caco, recebeu 15 segundos de penalização, sendo a única que recebeu , não lhe sendo vedado participar da prova do dia seguinte (domingo); Marcos (Caco) foi penalizado por ter , no parque fechado, ter dado vários toques no carro de Alexandre, e por isso foi excluído da bateria daquele dia, não lhe sendo vedada a participação no dia seguinte ; Por essa punição , Marcos (Caco) e outras pessoas (familiares, mecânicos e apoiadores) se insurgiram , o que gerou uma enorme confusão na torre de cronometragem, fatos estes que originaram a representação e punição de Marcos (Caco) em processo de representação próprio .
- 3) Responderam ainda os investigados que Décio , excluído do evento, se retirou ainda no sábado da pista e foi acompanhado pelo piloto Alexandre , que embora não excluído , optou por se retirar da pista também no sábado;
- 4) Perguntados sobre a elaboração de relatórios e registros das punições, no mesmo sentido responderam que não foi possível registrar nada no sábado em face da confusão generalizada na torre de controle, impossibilitando que fizessem algo naquele dia , mas confirma que no domingo elaboraram de forma manuscrita, tendo sido os relatórios enviados para a Fauesc durante a semana seguinte ao evento, não sabendo responder sobre a demora na disponibilização dos documentos ao representante ;
- 5) Que negam qualquer adulteração documental, que todas as punições foram aplicadas em pista, sem contestação pelos pilotos Décio e Alexandre , bem como a punição aplicada ao piloto Marcos (Caco) que , embora contestada, foi por ele cumprida ;
- 6) Que Marcos (Caco) se recusou a assinar a punição recebida, e não foi pedido a ele que assinasse os relatórios elaborados apenas no domingo, e nem aos demais, pois já não se encontravam mais no autódromo ;
- 7) Que afirmam serem imparciais, tanto que todos os pilotos foram punidos, e quando perguntados especificamente sobre alguma inimizade com o piloto ora representante, afirma que não, tendo o investigado Alexandre assentado que não o excluiu do evento, embora o conflito ocorrido na torre de cronometragem lhe auferisse essa possibilidade .
- 8) Que perguntado ao investigado ALEXANDRO (diretor de provas) a razão de não ter requerido ao TJD da Fauesc a abertura de representação em relação ao piloto Décio pela suposta agressão em Marcos , disse que segue as regras da CBA, e que tem essa faculdade se entender desnecessário de não representação; ao ser

indagado novamente pelo relator, disse que aplicou a punição de exclusão do evento ao piloto Décio, e que Décio teria se desculpado com o piloto Marcos (Caco), tendo eles se abraçado em seguida, e que o piloto Marcos verbalmente disse não ter interesse de representar contra Décio, o que se pode presumir verdadeira a assertiva de Alexandro (diretor de provas) ante a falta de formalização/representação por Marcos, disse o depoente Alexandro que a exclusão do evento foi uma punição adequada e suficiente aplicado ao piloto Décio.

É o sintético e necessário relato, que entendo suficiente para a compressão de minha decisão.

PARECER

A representação, por si só, não trazia elementos suficientes para amparar a representação ofertada contra os investigados, de forma que o pedido de oitivas se deu para melhor esclarecer os fatos e ouvir do investigados suas manifestações.

Antecipo que o parecer é pela REJEIÇÃO da representação e pelo seu consequente ARQUIVAMENTO, explico:

A derivação da presente representação decorre dos fatos, como já mencionado, de fatos ocorridos na 4ª Etapa TCC RACE FESTIVAL REALIZADO EM 30/08/2025, na cidade de Mafra/SC, em que esteve envolvido o representante, cujas condutas naquele evento foram apuradas em procedimento disciplinar próprio, resultando em sua condenação pelo Pleno do TJD/FAUESC, que embora por vezes mencionada pelos investigados, não serviram de razões de decidir, até porque os fatos aqui apuram apenas a conduta dos investigados no mesmo evento.

Não verifico má-fé do representante Marcos, embora em primeira leitura tenha tido a impressão de retaliação por parte dele por conta do resultado do processo contra si instaurado, mas acredito não ser o caso.

Todo o contido na representação era desprovido de amparo documental hábil ou de relatos e declarações escritas, que neste ponto entendo

possíveis de serem obtidas ainda que unilateralmente . Mas fato é que pelas fortes afirmações, necessário se aprofundar na prova.

A estranheza por este relator, ou dúvida pode se dizer , do que teria de fato acontecido , se dissipou com a oitiva dos investigados quando me foi descrita a dinâmica da prova em si e do episódio/conflitos e seus desdobramentos.

Desentendimentos em pista , seguido de ânimos exaltados após a prova , com ofensas mútuas, agressão ou tentativa , tudo aconteceu enquanto iniciava uma nova bateria (segundo investigados se formava um novo grid de largada), e foram os investigados comunicados da ocorrência e então todos se dirigiram ao parque fechado para ver e resolver o que acontecia.

Como dito pelos investigados, a intervenção ocorreu , ânimos aparentemente apaziguados, e então passou-se a punição imediata dos pilotos envolvidos ,(....) *Alexandre por ter dado 'vários toques' em pista no carro piloto Caco, recebeu 15 segundos de penalização, sendo a única que recebeu , não lhe sendo vedado participar da prova do dia seguinte (domingo); Marcos (Caco) foi penalizado por ter , no parque fechado, ter dado vários toques no carro de Alexandre, e por isso foi excluído da bateria daquele dia, não lhe sendo vedada a participação no dia seguinte (...).* A punição aplicada a Marcos originou então um outro conflito , envolvendo o representante e pessoas próximas a si, bem intenso , que se estendeu para a torre de controle , alterando significativamente a ordem naquele dia , conflito este que ainda se desencadeou para outros setores da pista, e segundo os investigados, sendo necessária a intervenção policial, impossibilitando a normalidade do que teria de ser feito pela direção de prova naquele resto de dia.

Justificada para mim qualquer mudança de atuação dos investigados quanto à forma de registro, relatórios, etc..., **ainda mais quando nenhum prejuízo a qualquer piloto foi demonstrada** . Todos aqueles que de alguma forma erraram no evento foram punidos no mesmo dia , salvo a punição severa aplicada ao piloto Marcos posteriormente pelos fatos ocorridos na torre de controle, fatos discutidos em outro procedimento .

Ressalto que não há qualquer outro elemento que me convença ter havido infração disciplinar pelos investigados, principalmente de que tenham eles, deliberadamente e/ou dolosamente, violado princípios de suas funções.



Todas as alegações de apuração de falsificações e omissões de documentos da própria Federação, não encontram amparo em qualquer prova ou elemento de prova, e sua mudança de forma , que excepcionalmente foi admitida , se deu , justificadamente , pelo intenso conflito .

Assim, após análise de todo o conjunto probatório, mais o que apurei em oitivas do representante e dos investigados, concluo que não existem elementos que apontem para ocorrência de infração disciplinar pelos investigados.

DO DIREITO

Princípios constitucionais aplicáveis

A responsabilização exige prova robusta, em respeito aos princípios do **devido processo legal, ampla defesa, contraditório, presunção de inocência e in dubio pro reo**.

Na esfera administrativa disciplinar, é pacífico que **a dúvida milita em favor dos imputados**.

Impossibilidade de instauração de processo disciplinar sem comprovação

Não se pode instaurar processo com base em conjecturas, presunções ou meras alegações. O processo disciplinar exige lastro probatório suficiente, sob pena de nulidade.



CONCLUSÃO

Assim , à vista do exposto , e entendendo pela ausência de provas suficientes que sustentem a imputação feita aos investigados, **opino pela REJEIÇÃO DA REPRESENTAÇÃO E SEU CONSEQUENTE ARQUIVAMENTO** ante a inexistência de elementos que caracterizem infração disciplinar.

É o parecer.

Cientifique-se os interessados .

Balneário Camboriú/SC , 21 de janeiro de 2026

Marcos José Campos Cattani

OAB/SC 14.773

AUDITOR RELATOR